

Coordenadores  
Sérgio Ferraz  
Otávio Venturini  
Gustavo Gil Gasiola

Proteção de  
dados pessoais e  
COMPLIANCE  
DIGITAL



- Compre em vez de copiar. Cada real que você investe em um livro viabiliza as obras e a divulgação da literatura. Os direitos autorais possibilitam qualidade nas publicações de outras obras sobre o assunto e pagam os livreiros por estocarem e levarem até você livros para o crescimento cultural e intelectual. Além de contribuir para a geração de empregos, impostos e, conseqüentemente, bem-estar social. Por outro lado, cada real que você dá pela fotocópia ou cópia eletrônica não autorizada de um livro financia um crime e ajuda a assolar a população intelectual.
- É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou forma, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e Parágrafos, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980) sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).
- Nesta obra respeitou-se o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), ratificado em 2008.
- Atendimento ao cliente: (65) 9 9644 - 2327 - WhatsApp - contato@umanoseditora.com.br / Ed. 1 - 2023 / Ed. 2 - 2024.
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa: Copyright ©, 2023 de Umanos Editora Ltda / Avenida Historiador Rubens de Medonça, 1731 Edifício Centro Empresarial Paiguás, Andar 5º - sala 501 e 502 / - Cuiabá - MT - 78.008-000 / www.umanoseditora.com.br

■ **Diretores:** Leandro Doorneles | Lucas Budoia | Néilton Gois

**Editor:** Jair Donato

**Revisão:** Luana Alfonso

**Capa realização:** Antônio Silva

**Diagramação:** Francisco A. Lima

Proteção de  
dados pessoais e

## COMPLIANCE DIGITAL

- **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Proteção de dados pessoais e compliance digital / coordenação Sérgio Ferraz, Otavio Venturini, Gustavo Gil Gasiola. - 2. ed. - Cuiabá, MT: Umanos Editora, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-66268-89-8

1. Compliance 2. Direito e tecnologia 3. Proteção de dados pessoais 4. Proteção de dados - Direito - Brasil I. Ferraz, Sérgio. II. Venturini, Otavio. III. Gasiola, Gustavo Gil.

23-178905

CDU-342.721(81)

### Índices para catálogo sistemático:

L1. Brasil : Proteção de dados pessoais : Direito 342.721(81)

Aline Grazielle Benítez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Agência brasileira do ISBN

ISBN 978-85-66268-89-8



Impresso no Brasil

  
Umanos Editora

## PARTE I

## PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

PREFÁCIO .....	3
APRESENTAÇÃO .....	5

## 1. CONTORNOS JURÍDICOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.. 23

*Sérgio Ferraz*2. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO DIREITO FUNDAMENTAL  
AUTÔNOMO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988*Ingo Wolfgang Sarlet*

2.1. Introdução .....	27
2.2. A fundamentalidade material e formal do direito à proteção de dados pessoais – sentido e alcance .....	28
2.3. A autonomia do direito fundamental à proteção de dados pessoais – para além da privacidade e da autodeterminação informativa.....	33
2.4. Considerações .....	38

## 3. O CONCEITO DE DADO PESSOAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

*Diego Machado*

3.1. Introdução .....	45
3.2. Dado pessoal: perspectivas e abordagens.....	49
3.3. Elementos conceituais para além da identificabilidade .....	56
3.4. Dado anonimizado e dado pseudonimizado: contornos e regimes aplicáveis .....	63
3.5. Considerações.....	69

## 4. DADOS SENSÍVEIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DE SAÚDE

*Silvio Guidi e Renan Sequeira*

4.1. Introdução .....	75
4.2. Dados de saúde e sua categoria de sensibilidade.....	76
4.3. A ampliação do risco em razão da evolução tecnológica na prestação de serviços de saúde .....	78
4.4. O consentimento para o tratamento de dados sensíveis de saúde .....	81
4.4.1. A revogação do consentimento .....	82
4.4.2. Hipóteses de tratamento de dados não consentido pelo titular .....	83
4.4.2.1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória do controlador .....	83
4.4.2.2. Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres .....	84

4.4.2.3. Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.....	85
4.4.2.3.1. Anonimização e pseudonimização de dados .....	86
4.4.2.4. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.....	87
4.4.2.5. Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária .....	88
4.5. Compartilhamento de dados entre controladores para obtenção de vantagem econômica .....	88
4.5.1. A monetização dos dados de saúde.....	89
4.6. Término do tratamento e eliminação de dados.....	91
4.6.1. Término do tratamento de dados consentido e não consentido .....	91
4.6.2. Eliminação de dados de saúde registrados em prontuário.....	92
4.6.3. A eliminação de dados de saúde não inseridos em prontuário .....	93
4.7. Incidentes de segurança de dados de saúde.....	93
4.7.1. Repercussões judiciais em razão de incidentes de segurança no âmbito da saúde.....	97
4.7.2. Outras repercussões em razão de incidentes de segurança no âmbito da saúde.....	98

## 5. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

*Susana Gercwolf e Bruno Barbosa dos Reis Glória*

5.1. Introdução.....	101
5.2. Bases legais e principiológicas.....	103
5.3. Segurança e controle dos dados como direito do titular .....	106
5.4. Dos direitos do titular em espécie (artigos 17 a 22 da LGPD): uma análise comparada com o Regulamento Europeu - GDPR.....	107
5.5. Considerações.....	115

## 6. PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO: IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO PARA FINS DISCRIMINATÓRIOS ILÍCITOS OU ABUSIVOS

*Karine de Paula Bernardino e Bruno Silva de Oliveira*

6.1. Introdução.....	117
6.2. A LGPD e a securitização do mundo.....	119
6.3. Algoritmos na sociedade da informação e a perpetuação da discriminação como viés.....	123
6.3.1. Smart Sampa e o problema do enforcement .....	127
6.4. Breve reflexão sobre o pacto narcísico.....	132
6.5. Regime constitucional brasileiro permite a discriminação? .....	135
6.6. O compliance antidiscriminatório como ferramenta na sociedade da informação.....	137
6.7. Considerações.....	142

## 07. FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

*Sergio Cavalieri Filho*

7.1. O tratamento de dados pessoais nos meios digitais .....	147
7.2. Liberdade de informação <i>versus</i> inviolabilidade da vida privada .....	149

7.3. Conceito de privacidade .....	150
7.4. Conceito de liberdade de expressão .....	151
7.5. Conceito de liberdade de comunicação ou de informação .....	151
7.6. Restrição à liberdade de informação.....	151
7.7. Responsabilidade subjetiva ou objetiva? .....	155
7.8. O dever de segurança .....	156
7.9. Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> .....	157
7.10. Excludentes de responsabilidade dos agentes de tratamento .....	158
7.11. Os responsáveis .....	160
7.12. Solidariedade passiva.....	160
7.13. Direito de regresso.....	163
7.14. LGPD e CDC.....	165

## 8. RESPONSABILIDADE CIVIL NO GDPR E NA LGPD: UMA ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA

*Taisa Afonso Loureiro e Ezequiel Fajreldines*

8.1. Introdução.....	167
8.2. A Responsabilidade Civil no GDPR .....	170
8.2.1. O artigo 82 do GDPR.....	170
8.2.2. O Ônus da Prova Relacionado ao Descumprimento do GDPR .....	178
8.3. A Responsabilidade Civil na LGPD.....	179
8.4. A Jurisprudência Incipiente do TJSP sobre Proteção de Dados Pessoais .....	183
8.4.1. Bancos de dados com informações sobre dívidas prescritas.....	183
8.4.2. O vazamento de dados por ações de terceiros.....	185
8.4.2.1. Vazamento de dados por ataque cibernético .....	185
8.4.2.2. Demais casos de vazamento de dados .....	186
8.4.3. Solicitação de dados .....	188
8.5. Considerações.....	189

## 9. O REGIME SANCIONADOR DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

*João Victor Tavares Galil e Pedro Luiz Ferreira de Almeida*

9.1. Introdução.....	193
9.2. A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.....	194
9.3. O regime sancionador previsto na LGPD .....	198
9.3.1. O <i>ius puniendi</i> estatal e o regime jurídico do Direito Administrativo Sancionador .....	198
9.3.2. A LGPD e o Direito Administrativo Sancionador.....	201
9.3.3. Destinatários das sanções .....	202
9.3.4. Sanções previstas na LGPD e tipicidade aberta .....	206
9.4. Boas práticas e governança: efeitos no regime sancionador da LGPD .....	210
9.5. Considerações .....	213

## 10. PROTEÇÃO DE DADOS, COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERATIVOS E A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 115/22

*Ricardo Marcondes Martins*

10.1. Introdução.....	217
10.2. Abrangência da Lei 13.709/18.....	218
10.3. Competência para legislar sobre direito administrativo .....	220

10.4. Alteração constitucional das competências federativas .....	221
10.5. Impossibilidade de convalidação por reforma constitucional.....	222
10.6. ANPD x Administração municipal e estadual .....	224
10.7. Considerações .....	227

## 11. O COMPARTILHAMENTO INDISCRIMINADO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OS VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO N. 10.046/2019

*Laura Schertel Mendes e Gustavo Gil Gasiola*

11.1. Introdução .....	231
11.2. As fragilidades do Decreto n. 10.046/2009 .....	233
11.3. Decisão do STF: limites ao compartilhamento de dados de acordo com o direito fundamental à proteção de dados.....	238
11.4. Reestruturação do Comitê Central de Governança de Dados.....	242
11.5. Caminhos para um compartilhamento de dados na Administração Pública conforme os direitos fundamentais .....	243

## 12. JURISDIÇÃO E TRATAMENTO INTERNACIONAL DE DADOS

*Otávio Venturini*

12.1. Introdução .....	249
12.2. A construção do “cyberespaço”: da territorialização da jurisdição à desterritorialização das relações sociais e econômicas .....	250
12.3. A difusão de regras de jurisdição regulatória extraterritorial para proteção de dados em casos transfronteiriços e o paradigma Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) .....	253
12.4. A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei nº 13.709/18) .....	256
12.5. Considerações .....	260

## 13. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

*Maria Gabriela Grins e Ricardo Campos*

13.1. Introdução .....	263
13.2. Transferência Internacional de Dados Pessoais (TID) .....	263
13.3. A TID e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....	265
13.4. Compliance digital.....	271
13.5. Considerações .....	274

## 14. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: ALGUMAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NO DIREITO DO TRABALHO

*Douglas Alencar Rodrigues, Marília Nascimento Minicucci e Pâmela Almeida da Silva Gordo*

14.1. Introdução .....	277
14.2. Controlador e operador.....	278
14.3. Processos seletivos .....	281
14.4. Práticas diárias que merecem atenção .....	282
14.5. Direito ao esquecimento .....	284
14.6. Relação empresas/clientes e seus advogados .....	285
14.7. Transferência internacional de dados .....	288

14.8 . Employers of Record (Eors) e Professional Employment Organizations (PEOs) .....	291
14.9. Encarregado/DPO .....	292
14.10. Considerações .....	295

## 15. A PROTEÇÃO DE DADOS DE TRABALHADORES ANTES DA CONTRATAÇÃO PARA O TRABALHO

*Carolina Tupinambá e Marina Novellino*

15.1 Introdução.....	297
15.2. A proteção do trabalhador na fase pré-contratual: as bases jurídicas .....	298
15.3. A aplicação da LGPD na fase pré-contratual de trabalho .....	301
15.4. Os dados pessoais na fase pré-contratual de trabalho: estudo de casos.....	303
15.5. Possíveis novos parâmetros para o tratamento de dados pessoais na fase pré-contratual de trabalho? .....	307
15.6. Considerações.....	314

## 16. A PROTEÇÃO PENAL DE DADOS

*João Paulo Martinelli*

16.1. Introdução .....	317
16.2. Conceito de dados .....	318
16.3. Princípios que regem o tratamento de dados pessoais.....	320
16.4. Compartilhamento de dados em investigação criminal.....	321
16.5. Compartilhamento de dados pessoais sem autorização judicial .....	324
16.6. Fishing expedition .....	328
16.7. Considerações .....	330

## 17. LGPD E SEUS IMPACTOS SOBRE CONCESSÕES E PPPS

*Thiago Marrara*

17.1. Introdução .....	333
17.2. LGPD: um breve panorama .....	334
17.3. LGPD e Administração Pública .....	337
17.4. LGPD e delegatários de serviços públicos .....	339
17.5. Impactos da LGPD e aumento de despesas operacionais (OPEX) .....	341
17.6. LGPD e receitas alternativas .....	343
17.7. LGPD, danos aos usuários e responsabilidade do prestador.....	345
17.8. Considerações .....	347

## PARTE II COMPLIANCE DIGITAL

### 18. COMPLIANCE DIGITAL E SEUS ELEMENTOS

*Otávio Venturini*

18.1. Introdução.....	351
18.2. Compliance: o que é e a que se destina? .....	352

18.3. Escopo do compliance digital .....	354
18.4. Elementos comuns do compliance digital .....	362
18.4.1. Diagnóstico inicial .....	363
18.4.2. Governança corporativa e instância responsável .....	364
18.4.3. Inventário de processos .....	366
18.4.4. Avaliação de riscos .....	366
18.4.5. Políticas, termos de uso e transparência .....	368
18.4.6. <i>Due diligence</i> e contratos na relação com terceiros .....	369
18.4.7. Canais de comunicação .....	369
18.4.8. Relatórios .....	370
18.4.9. Boas práticas e certificação .....	371
18.4.10. Plano de gestão e respostas a incidentes .....	373
18.4.11. Monitoramento e aperfeiçoamento contínuos .....	373
18.5. Considerações .....	374

## **19. PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT: A OPÇÃO DA LGPD E SEUS IMPACTOS**

*Laura Mendes Amando de Barros*

19.1. Introdução .....	377
19.2. Privacy by design: breve histórico e conceito .....	379
19.3. Privacy by design e a LGPD .....	380
19.4. Princípios Fundamentais da Privacy by Design .....	382
19.5. Alguns casos paradigmáticos denotativos da importância da adoção da estratégia de privacy by design .....	387
19.6. Considerações .....	391

## **20. BOAS PRÁTICAS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

*David Gabriel de Souza Joaquim*

20.1. O valor dos dados .....	393
20.1.1. O que são dados? .....	393
20.2. Evolução e importância da segurança da informação .....	394
20.3. Dispositivos de avaliação de segurança da informação	
Assessment de ambiente de TI .....	395
20.4. Etapas do assessment .....	396
20.5. Benchmarks .....	396
20.6. Política de segurança da informação .....	396
20.7. Aplicabilidade da política .....	397
20.8. Por que a segurança da informação é necessária? .....	397
20.9. Disposições gerais .....	398
20.10. Organização e funções de segurança da informação .....	398
20.11. Classificação e tratamento da informação .....	399
20.12. Categorias de informação .....	400
20.13. Gestão de acesso lógico .....	401



20.14. Gestão de ativos.....	401
20.15. Segurança em projetos .....	401
20.16. Segregação da função .....	402
20.17. Privilégio mínimo .....	402
20.18. Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas.....	402
20.19. Criptografia .....	402
20.20. Credenciais e senhas.....	403
20.21. Cópias de segurança e recuperação.....	403
20.22. Uso de computadores .....	404
20.23. Uso da internet.....	404
20.24. Uso de dispositivos móveis .....	405
20.25. Uso de software .....	406
20.26. Uso de correio eletrônico .....	406
20.27. Descarte de dispositivos de armazenamento de dados .....	407
20.28. Casos omissos .....	407
20.29. Considerações.....	408

## 21. A FIGURA DO “DATA PROTECTION OFFICER - DPO” NO BRASIL: O ENCARREGADO

*Rita Peixoto Ferreira Blum*

21.1. Introdução .....	411
21.2. Qual é o papel do DPO e quais as suas principais tarefas?.....	411
21.3. O DPO é sempre obrigatório? Esse cargo pode ser terceirizado? .....	413
21.4. Qual o perfil do DPO brasileiro?.....	415
21.5. Qual o regime de responsabilidade no caso de reparação de dados e como pode ser mitigada? .....	418
21.6. Considerações .....	419
21.7. “Checklist” de adequação.....	419

## 22. BOAS PRÁTICAS NA TUTELA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS SOB A ÓTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO REGIME SANCIONADOR

*Matheus Teixeira Moreira, Isabella Macedo Torres e André Castro Carvalho*

22.1. Introdução.....	421
22.2. Proteção de dados pessoais e administração pública.....	422
22.2.1. Previsões da LGPD sobre o tratamento de dados no setor público .....	424
22.3. Implementação da cultura de proteção de dados pela ANPD.....	428
22.3.1. Natureza jurídica da ANPD .....	429
22.3.2. O advento da Emenda Constitucional 115/2022.....	430
22.4. Direito administrativo sancionador aplicado à LGPD .....	431
22.4.1. Conflitos interfederativos sob o regime sancionatório da LGPD .....	436
22.4.2. Perspectivas quanto à adoção de boas práticas sob a ótica da	
Análise de Impacto Regulatório .....	437
22.5. Considerações.....	439

**23. ANONIMIZAÇÃO E PSEUDONIMIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO***Diana Loureiro Paiva de Castro*

23.1. Introdução.....	445
23.2. Dados e Poder Público: conceitos e princípios previstos na LGPD....	446
23.3. Operações de tratamento para fins de realização de estudos e pesquisas: a previsão legal do “sempre que possível” .....	450
23.4. A divulgação pública de informações: prevenção, segurança e mitigação de riscos .....	453
23.5. Aplicação das premissas elencadas: os casos da Medida Provisória nº 954/2020 e do Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI).....	456
23.6. Considerações.....	459

**24. POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PLANO DE RESPOSTA A INCIDENTES***Alessandra Obara Soares da Silva e Camila Rocha Cunha Viana*

24.1. Introdução.....	461
24.2. A LGPD nos setores público e privado .....	461
24.3. Segurança da Informação na LGPD.....	467
24.4. Plano de resposta a incidentes de segurança na LGPD .....	471
24.5. Considerações .....	474

**25. REDES SOCIAIS, PROTEÇÃO DE DADOS E OS DESAFIOS DO COMPLIANCE DIGITAL***Otávio Venturini e Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso*

25.1. Introdução.....	477
25.2. Redes sociais .....	478
25.3. Mídia programática.....	479
25.4. Casos paradigmáticos .....	481
25.4.1. Caso Cambridge Analytica e o controle sobre a atuação de aplicativos nas redessociais: consentimento e finalidade .....	481
25.4.2. Caso Facebook e cookies: dever de transparência.....	484
25.4.3. Caso Twitter e incidentes de segurança: adoção de medidas que permitam detectar e registrar eventuais incidentes .....	486
25.4.3.1. Atualizações: dois casos Facebook e as medidas técnicas e organizacionais necessárias .....	488
25.4.4. Caso Schrems e a transferência internacional de dados .....	489
25.4.5. Caso FTC, a multa de US\$ 5 bilhões por violação de privacidade e a obrigação de o Facebook implantar um programa de proteção de dados.....	491
25.4.6. Caso Facebook e a base legal para o tratamento de dados pessoais: consentimento ou execução de contrato? .....	493
25.4.7. Caso WhatsApp e a transparência de usuários, não usuários e do compartilhamento dos dados com o Facebook.....	495
25.4.8. Caso Facebook e anúncios de moradia: discriminação algorítmica .....	496
25.4.9. Caso Instagram e os direitos das crianças: informação e medidas adotadas.....	498
25.5. Considerações.....	499

**26. PROCEDIMENTOS SANCIONATÓRIOS NAS REDES SOCIAIS***Maurício Pereira Colonna Romano*

26.1. Introdução.....	503
26.2. A aplicação horizontal dos direitos fundamentais às entidades privadas.....	504
26.3. A processualística sancionatória derivada do atendimento dos direitos fundamentais.....	506
26.4. Análise das disposições da LGPD e do Marco Civil da Internet.....	508
26.5. É possível a aplicação da sanção unilateralmente pela plataforma? .....	515
26.6. Considerações.....	518

**27. COMPLIANCE DIGITAL E FINTECHS: DESAFIOS PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS***Alan Campos Elias Thomaz, Cynthia Barbosa de Almeida e Livia Barbosa de Almeida*

27.1. Introdução: Fintechs e a aceleração do compliance digital nos últimos anos .....	521
27.2. Dados e as principais regulações aplicáveis às fintechs .....	525
27.2.1. Regulação geral .....	526
27.2.1.1. Constituição Federal .....	526
27.2.1.2. Lei do Sigilo Bancário.....	526
27.2.1.3. Código de Defesa do Consumidor.....	527
27.2.1.4. Marco Civil da Internet .....	527
27.2.1.5. Lei do Cadastro Positivo .....	528
27.2.1.6. LGPD .....	529
27.2.2. Regulação setorial.....	532
27.2.2.1. Segurança cibernética .....	533
27.2.2.2. PIX .....	535
27.2.2.3. Open Finance .....	536
27.3. Cibersegurança e Segurança da Informação para Fintechs .....	537
27.3.1. Cenário atual .....	537
27.3.2. Tipos de ataques.....	538
27.3.3. Medidas de segurança técnicas e não técnicas .....	539
27.3.4. Importância da cibersegurança e segurança da informação para fintechs.....	541
27.4. Considerações .....	542

**28. COOPERAÇÃO INTERADMINISTRATIVA: O PAPEL DA SENACON NA AGENDA DE PROTEÇÃO DE DADOS DO CONSUMIDOR NO BRASIL***Juliana Oliveira Domingues e Mariana Zilio da Silva Nasare*

28.1. Introdução.....	545
28.2. Proteção de dados: o presente e o futuro da defesa dos dados dos consumidores .....	547
28.3. A defesa do consumidor nos mercados digitais e a preservação da livre iniciativa: valores indissociáveis .....	548
28.3.1. Aplicação do compliance à proteção de dados como mecanismo de defesa do consumidor e prevenção de conflitos e o Decreto 10.887/2021.....	549

28.4. A criação da ANPD e importância de atuação coordenada.....	553
28.5. Exemplos recentes da atuação para proteção de dados: o potencial dos esforços interadministrativos no Brasil.....	554
28.6. Atividade sancionatória e de educação para o consumo: exemplo de casos.....	555
28.7. Considerações.....	559

## 29. DADOS, O “NOVO PETRÓLEO” E SUA REGULAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

*Milena da Fonseca Azevedo*

29.1. Introdução.....	565
29.2. Panorama Regulatório do Comércio Internacional.....	566
29.2.1 O Sistema de Comércio Internacional.....	566
29.2.2. Os três grandes reinos regulatórios da regulação de dados.....	567
29.3. A regulação de comércio digital no Sistema de Comércio Internacional.....	569
29.3.1. A Organização Mundial do Comércio e seus acordos.....	570
29.3.2. Negociações de um Acordo de Comércio Eletrônico na OMC.....	573
29.3.3. Os Acordos Preferenciais de Comércio.....	577
29.4. Considerações.....	580

## 30. A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

*Tiago Crippa Alvim e Paulo Ramiro Diaz*

30.1. Âmbitos legais e de discussão da proteção de dados pessoais.....	583
30.1.1. Nas legislações nacionais.....	584
30.1.2. No Direito da União Europeia.....	586
30.1.3. No ambiente internacional.....	587
30.1.4. Nos organismos e atores internacionais.....	588
30.1.5. Nos bancos multilaterais de desenvolvimento.....	589
30.1.6. Normas aplicáveis aos bancos multilaterais de desenvolvimento.....	590
30.2. Questões emergentes: proteção de dados pessoais e bancos multilaterais de desenvolvimento.....	592
30.2.1. Territorialidade e aplicabilidade da proteção de dados pessoais..	592
30.2.2. Transferência internacional de dados pessoais e os BMDs.....	594
30.2.3. Proteção de dados pessoais e bancos multilaterais de desenvolvimento: governança, risco e ponderações.....	596

## PARTE III

## PROTEÇÃO DE DADOS NA FRONTEIRA DAS NOVAS TECNOLÓGICAS

### 31. TENSÕES INERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A MAXIMIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

*Vanice Regina Lirio do Valle*

31.1. Introdução.....	605
31.2. Dados pessoais e o aprimoramento da ação pública: realidade ou argumento retórico?.....	607

31.3. Tensões entre a matriz principiológica de proteção de dados pessoais e a ampliação do uso de IA .....	610
31.4. Atributos propostos à regulação de inteligência artificial respeitosa à proteção à privacidade.....	614
31.5. Considerações .....	617

## **32. ÉTICA PÚBLICA E 'COMPLIANCE' DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ATO JURÍDICO COM BASE EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

*Carolina Zancaner Zockun e Mauricio Zockun*

32.1. Qual é a ética pública?.....	621
32.1.1. Há ética fora do direito? .....	621
32.2. Ética pública como moralidade administrativa.....	622
32.2.1. Noção de princípio.....	622
32.2.2. Moralidade administrativa: um valor jurídico constitucional .....	622
32.2.3. A atuação administrativa circunscrita aos limites da lei: o positivismo .....	622
32.2.4. Moralidade como princípio juridicamente qualificado .....	624
32.3. O princípio da motivação .....	628
32.3.1. O dever de motivação .....	628
32.3.1.1. A motivação nos atos produzidos com fundamento em competência vinculada e discricionária .....	628
32.4. O princípio da motivação em atos sugeridos ou produzidos com base em algoritmos .....	629
32.4.1. O dilema na motivação do ato praticado ou proposto com base em algoritmos.....	629
32.4.2. O direito dos administrados em relação ao ato praticado ou cuja prática deu-se com base em algoritmos.....	629
32.4.3. Inteligência artificial na fase preparatória da produção de atos jurídicos .....	632
32.4.4. Inteligência artificial utilizada na proposição e na produção de atos jurídicos finais.....	634
32.5. Considerações.....	637

## **33. O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO PARA A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

*Adriane Nakagawa Baptista e Anna Caroline Nunes Cortellini*

33.1. Introdução.....	641
33.2. O que é inteligência artificial.....	641
33.3. O mercado da inteligência artificial no mundo .....	642
33.4. A necessidade um estudo sobre inteligência artificial do ponto de vista regulatório .....	643
33.5. A abordagem do princípio da precaução como modelo interpretativo .....	644
33.6. Comentários à iniciativa europeia de regulação da inteligência artificial.....	650
33.6.1. Risco Inaceitável .....	653
33.6.2. Risco Elevado .....	654
33.7. Comentários ao Projeto de lei de regulação da inteligência artificial.....	664
33.8. Alguns comentários sobre a avaliação de risco de caráter precaucional em matéria de inteligência artificial.....	666

**34. DATA SUPPLY CHAIN: INTEGRIDADE, ÉTICA E CONVENIÊNCIA NO BIG DATA***Anne Chang e Pedro Henrique dos Santos*

34.1. Introdução.....	671
34.2. Big Data: origem e coleta de dados .....	672
34.3. Data supply chain .....	674
34.3.1. Origem dos Dados: privacidade e transparência .....	675
34.3.2. Dados licitos com origem ilícita .....	676
34.4. Considerações.....	678

**35. METAVERSO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA .....** 685*Sergio Ferraz***36. PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO SOBRE O PROGRAMA CITY CÂMERAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO***Gustavo Gil Gasiola*

36.1. Introdução.....	686
36.2. Entre o direito de acesso à informação e a proteção de dados pessoais .....	692
36.2.1. Acesso à informação administrativa.....	692
36.2.2. Direito à proteção de dados pessoais.....	693
36.2.3. Direito administrativo da proteção de dados pessoais .....	695
36.3. Programa City Câmeras.....	698
36.3.1. Compartilhamento de dados coletados por câmeras privadas com aPlataforma City Câmeras.....	700
36.3.2. Acesso às imagens das câmeras públicas.....	703
36.4. Considerações.....	705